

*Como vos atreveis a mentir, Senhora? Rosas em Janeiro?*

**A revisitação de uma lenda: Um diálogo intertextual no  
Ensino Básico**

**Pedro Balaus Custódio**

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de  
Coimbra

[balaus@esec.pt](mailto:balaus@esec.pt)

## **Resumo**

No atual panorama didático do texto literário no ensino básico, e graças às novas orientações curriculares neste âmbito, começam a (re)ganhar força os dispositivos e estratégias que aproveitam os recursos da intertextualidade em contexto letivo. O atual Programa de Português inclui uma clara menção a este procedimento de leitura para o 2º CEB. Estas orientações são posteriormente vincadas no programa do 3º CEB, onde se salientam os benefícios de “Interpretar várias modalidades e relações de intertextualidade”. Ora, em função destas coordenadas programáticas e, após um breve recorte teórico do conceito de intertextualidade, adiantamos uma proposta para o 2º CEB. Acreditamos que estes *ensaios* didáticos em torno da intertextualidade poderão ilustrar as potencialidades dos textos literários face a outros materiais que concorrem para a aprendizagem da leitura.

**Palavras-Chave:** Leitura; intertextualidade; ensino da literatura; leitura no 2º CEB.

## **Abstract**

In the current educational landscape of literary texts in basic education, and thanks to new curriculum guidelines in this area, begin to (re) gain traction devices and strategies that leverage intertextuality resources in school context. The current Portuguese program includes a clear mention of this reading procedure for the 2nd CEB. These guidelines are then created on the 3rd CEB program, where we highlight the benefits of "Interpreting various forms and relations of intertextuality". Now, according to these programmatic coordinated and, after a brief theoretical framework of the concept of intertextuality, we advance a proposal for the 2nd CEB. We believe that these didactic essays around the intertextuality may illustrate the potential of literary texts in relation to other materials that contribute to learning to read

**Keywords:** Reading; intertextuality; literature teaching; reading instruction.

## 1. Ganhos didáticos nas leituras intertextuais

Os processos operativos da intertextualidade literária, enquanto diálogo interdiscursivo e intersistêmico, pressupõem uma relação sincrónica e/ou diacrónica entre textos e, por conseguinte, implicam um domínio do *conhecimento da literatura*. Como refere Custódio, (2014:149) “este *aparelho textual* requer a identificação, o reconhecimento e a comparação entre enunciados e/ou partes de obras que mantêm entre si uma relação de proximidade ou de interseção.”

Este processo, presente em múltiplas manifestações das artes, da pintura à escultura, passando pela música, fotografia ou pela publicidade é, em determinadas áreas, um campo muito fértil de interações. Assim, e porque “a intertextualidade estabelece transações semióticas entre textos e suportes culturais de quadrantes iguais ou distintos, ela é, pois, uma *técnica* e um *produto* da criação cultural que está sempre em processo de construção.” (2014:149) Por esse motivo, a intertextualidade constitui um fenómeno de assinalável dinamismo assegurando um “*continuum* discursivo”. Como referem vários autores, a intertextualidade constitui, ainda, uma marca identitária do sistema literário e que comprova a sua homeostase ou, também, a sua fratura. Na origem deste conceito estão os estudos de Kristeva (1974:64), que o definiu como “tout texte se construit comme mosaïque de citations, tout texte est absorption et transformation d’un autre texte. À la place de la notion d’intersubjectivité s’installe celle d’intertextualité, et le langage poétique se lit, au moins, comme double”. Por outras palavras, um texto não tem existência separada de todos os outros enunciados. Pelo contrário, e longe ser ser hermético, cada texto (re)absorve e gera influências numa rede alargada de outros textos. Uma das razões mais óbvias para estas múltiplas influências, advem do facto de, o próprio *escritor* ser também ele, um *leitor* e *espetador* e, portanto, estar inevitavelmente condicionado pelos produtos culturais que consome.

O conceito de intertextualidade pode ser embrionariamente encontrado, na sua essência, em Platão, Aristóteles, Horácio, ou Cícero e, para além da antiguidade clássica, em outros autores, desde a renascença ao modernismo. Contemporaneamente, são os nomes de Baktin, Kristeva, Barthes, Derrida, Genette, Rifaterre ou Bloom que reequacionaram o conceito à luz da modernidade. Atualmente, a intertextualidade conhece já novos contornos

decorrentes dos processos de leitura hipertextual, nomeadamente pela interação da *world wide web* e da forma como ela determina e influencia os modos de ler, constituindo uma área de força e de vitalidade extraordinários.

A polifonia da linguagem definida por Bakhtin (1999) assenta no princípio de que todo o discurso é composto de *outros discursos*, e que toda a fala é habitada por *vozes* diversas. Graças a diferentes mecanismos, a intertextualidade assume distintos graus e extensões, ora irrompendo pela literatura, ora desafiando as suas fronteiras. Sollers (apud Samoyault, 2008:17) refere que “todo texto situa-se na junção de vários textos dos quais ele é ao mesmo tempo a releitura, a acentuação, a condensação, o deslocamento e a profundidade” ou, como sublinha Foucault (2000:12) “Não existe enunciado que não suponha outros, não existe um só que não tenha à sua volta um campo de coexistência, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e papéis”, pois “O intertexto não tem outra lei senão a da infinidade dos seus recomeços. (Barthes:1999)”

Gérard Genette (1982:7-14) resume e singulariza as relações transtextuais do seguinte modo:

“Il me semble aujourd'hui (...) percevoir cinq types de relations transtextuelles, que j'énumérerai dans un ordre approximativement croissant d'abstraction, d'implication et de globalité. Le premier a été, voici quelques années, exploré par Julia Kristeva, sous le nom *d'intertextualité*, et cette nomination nous fournit évidemment notre paradigme terminologique. Je le définis pour ma part, d'une manière sans doute restrictive, par une relation de coprésence entre deux ou plusieurs textes, c'est-à-dire, eidétiquement et le plus souvent, par la présence effective d'un texte dans un autre. Sous sa forme la plus explicite et la plus littérale, c'est la pratique traditionnelle de la *citation* (...); sous une forme moins explicite et moins canonique, celle du *plagiat* (...), qui est un emprunt non déclaré, mais encore littéral; sous forme encore moins explicite et moins littérale, celle de *l'allusion*, c'est-à-dire d'un énoncé dont la pleine intelligence suppose la perception d'un rapport entre lui et un autre auquel renvoie nécessairement telle ou telle de ses inflexions, (...)”

Jenny (1979:14) refere ainda que “a intertextualidade designa não uma soma confusa e misteriosa de influências, mas o trabalho de transformação e assimilação de vários textos, operado por um texto centralizador, que detém o comando do sentido”.

Como acentua Custódio (2014:151), “Mesmo que entre os textos exista transposição, cópia, decalque, imitação ou simples alusão, este movimento de interseção, abertura e tangência produz *novos* significados e *novas* leituras, imprimindo-lhes uma curiosa dinâmica, pois impossibilita-lhes o fechamento.” Assim, cada texto que se encontra na órbita deste

processo está, seguramente, em permanente diálogo de *abertura* e de *recomposição*. (2014:151) Ora, esse diálogo é plurívoco: pode estabelecer-se com a História, com as personagens, os valores, as memórias pessoais ou coletivas, com outros textos ou com obras de diferentes géneros e sistemas artísticos. Também por esse motivo Jenny (1979:45) designa a intertextualidade como uma “máquina perturbadora” que permite ao texto uma convulsão contínua, um perpétuo movimento de *recriação* e não apenas de *citações*. Assim sendo, a intertextualidade responde sempre a estímulos de rutura, de crítica, de transformação lúdica ou artística.

Como assinala Aguiar e Silva (1986:625), um texto é sempre um *diálogo* com outros textos, um intercâmbio e uma permuta constante de discursos, “uma tessitura polifónica na qual confluem, se entrecruzam, se metamorfoseiam, se corroboram ou se contestam outros textos, outras vozes e outras consciências”. A intertextualidade constitui, pois, uma das provas da exuberância do sistema literário. Representa a sua força e memória, mas também pode ser intencionalmente iconoclasta, assumindo uma rutura com ele. É efetivamente na esfera do literário que ecoa de modo mais audível o conceito bakhtiniano de *dialogismo* e amplamente categorizado como intertextualidade pelo grupo *Tel Quel*, de Kristeva, Sollers e Riferterre.

Como tivemos oportunidade de referir num artigo anterior sobre esta mesma temática (Custódio, 2014) – e que forma um tríptico sobre este tema didático, – a intertextualidade está presente no Programa de Português de 2009 (recentemente revogado), e nas Metas Curriculares do Ensino Básico. Com efeito, o referido documento (2009:85) menciona a intertextualidade, nomeadamente através da abordagem da “Alusão, citação, paráfrase, paródia, plágio”, indicando que “Ao constituir os corpora textuais, o professor deverá levar em conta cinco critérios prioritários: a representatividade e qualidade dos textos, a integridade das obras, a diversidade textual, a progressão e a intertextualidade.”

Os autores acentuam que

“Ao identificar relações formais ou de sentido, o aluno começa a compreender que os textos não vivem por si só, que remetem uns para os outros de diferentes maneiras: por analogia, por contraste, por complementaridade, por recurso a imitação criativa. Assim, o aluno deve ser precocemente sensibilizado para as relações e dispositivos de intertextualidade, isto é, para a existência de redes transtextuais em que se processa a citação, a absorção e a transformação de textos, redes que ele estará cada vez mais apto a percorrer. (M.E, 2009:102)

Estas orientações repetem-se no programa do 3º CEB e o objetivo é, não apenas disponibilizar *mais textos* aos alunos como, sobretudo, “tornar possíveis os diálogos semióticos, culturais, históricos, artísticos e outros.” (Custódio, 2014:151).

Como assinalamos (Custódio, 2014), as Metas Curriculares de Português (M.E, 2012:61) especificam apenas o trabalho intertextual no 3º ciclo do ensino básico. Todavia, estamos em crer que este princípio esteve sempre presente no espírito destas diretrizes curriculares, para todos os ciclos de ensino, como atestámos no referido artigo. Do ponto de vista didático, é compreensível que este recurso não seja desperdiçado, “uma vez que ele permite o progressivo alargamento dos *corpora* textuais, a facilitação da leitura e, obviamente, os jogos dialogantes entre os textos – atividades que são sempre do agrado dos alunos.” (Custódio, 152). A força motriz do trabalho intertextual ativa pois, vários dispositivos didáticos de facilitação da leitura literária em contexto escolar.

## **2. Uma interlocução a duas vozes**

A proposta que gostaríamos de adiantar coloca em diálogo dois textos muito peculiares e, em determinadas circunstâncias didáticas, acessíveis a alunos da faixa etária do 2º ciclo do ensino básico, embora esta sugestão seja válida para o ciclo seguinte. Trata-se do texto “A Lenda do milagre das rosas”, recolhida por Gentil Marques, em *Lendas de Portugal* e o de Vasco Pereira da Costa, incluído no livro *Memória Breve* (1987). Este último texto, de grande qualidade literária, menos conhecido dos professores e, certamente, muito menos dos alunos, constitui uma excelente sugestão, porquanto os aproxima não apenas de uma belíssima história do nosso património literário, histórico e cultural mas, ainda, de um cenário regional muito específico do nosso país: a cidade de Coimbra.

Ambas as sugestões decorrem da leitura das Metas curriculares para o 2º CEB. Com efeito, aí se propõe a versão de “A lenda do milagre das rosas” de Gentil Marques, a par de outras bem conhecidas da nossa literatura popular, como “A lenda das três mouras encantadas”, “A lenda da Batalha de Ourique”, “A lenda da Serra da Estrela”, “A lenda da

Senhora da Nazaré” ou “A lenda das amendoeiras”, sendo que se aconselha a seleção de três de entre elas. É ainda possível realizar esta escolha através da leitura de *Contos e Lendas de Portugal e do Mundo*, de João Pedro Mésseder e Isabel Ramalhete.

Esta seleção justifica-se não apenas pela existência de um forte lastro histórico do episódio e, até, pelas possibilidades de trabalho interdisciplinar mas, ainda, pela beleza da história cujo alcance ultrapassa as exíguas fronteiras da cidade de Coimbra.

Optámos por incluir os dois textos no corpo deste artigo, uma vez que poderá facilitar a leitura e, sobretudo, o aproveitamento didático por parte dos docentes do Ensino Básico.

### Texto A

Chegara o mês de Janeiro. Em Coimbra, as casas das monjas de Santa Clara, quase destruídas pelas cheias do Mondego, reconstruíram-se rapidamente. Isso fora possível porque a rainha Dona Isabel velava por elas.

Quando algum desgraçado se via sem pão dentro dum lar minado pela doença, logo procurava a sua rainha. E se nem sempre regressava com saúde para o corpo, pelo menos trazia pão para a boca, e palavras tão lindas ressoando aos seus ouvidos, que por si só já constituíam consolação para o seu espírito.

De todos, essa esposa e filha de reis cuidava como se fossem pessoas suas. Levava o seu zelo ao ponto de ir ela própria vigiar os trabalhos em curso nas casas das monjas. E os operários, desvanecidos com a real presença, e ainda com os auxílios monetários que Dona Isabel trazia aos mais necessitados, trabalhavam com redobrado ardor.

Porém, como acontece neste mundo, a rainha não tinha somente amigos. E certa vez um despeitado da corte procurou azedar o ânimo de el-rei D. Dinis. Aproveitando um dos momentos em que estava a sós com o rei, encetou o diálogo que há muito andava bailando no seu cérebro:

— Perdoai-me, Senhor, se me atrevo a falar-vos num assunto que me traz preocupado.

O rei olhou-o com certa altivez.

— Deixai-vos de rodeios. Dizei o que pretendeis.

O cortesão mordeu os lábios e disse:

— Senhor meu Rei... A Rainha, vossa digna esposa, dispõe com bastante liberdade do vosso tesouro.

D. Dinis franziu as sobrancelhas:

— Que dizeis? Explicai-vos e já!

O fidalgo tornou com humildade fingida:

— Meu Senhor, acreditai no que vos digo... A Rainha gasta de mais...

— Mas como sabeis isso?

— Oh? É fácil de saber, meu Senhor... Só os vossos bons olhos não querem ver a verdade. Se me permitis...

O rei encolerizou-se.

— Falai! Mas falai duma vez!

O fidalgo baixou a cabeça e declarou numa voz um tanto incerta:

— Oh, meu Rei e Senhor! Só vos quero ajudar... O dinheiro desaparece, esgota-se, some-se... São as esmolas, as obras das igrejas, os empréstimos, as dádivas, as doações a conventos... enfim... uma loucura, Senhor! É necessária a vossa intervenção...

Um grito do rei de Portugal cortou-lhe a frase:

— Basta! Eu sei bem o que hei-de fazer!

D. Dinis levantou-se, fazendo recuar o fidalgo. Em largas passadas pelo aposento, procurava acalmar a impetuosidade do seu temperamento belicoso. Seria verdade o que acabavam de dizer-lhe? Sim, devia ser verdade. A mentira representaria nesse momento um desmedido arrojo. E ao homem que ele tinha na sua frente sobrava-lhe em mesquinhez o que lhe faltava em audácia. E todavia... o vir à sua presença pôr em cheque a própria rainha não seria já um acto destemido?

O rei parou de andar dum extremo ao outro da saleta. Olhou fixamente o fidalgo, que baixou os olhos, e ordenou:

— Deixai-me só! Preciso de pensar no caso sem a sensação de estar a ser espiado.

Inclinando a cabeça, o fidalgo retirou-se em silêncio. Conhecia bem o rei e sabia de antemão que as suas declarações o tinham impressionado. Quanto ao monarca, logo que ficou longe das vistas do seu súbdito, deixou-se cair numa cadeira, murmurando consigo mesmo: «É isso! Tenho de pôr cobro de uma vez para sempre aos hábitos excessivamente misericordiosos da Rainha! E será o mais breve possível!»

Ora, se bem o pensou melhor o fez. Dias depois, quando Dona Isabel saía dos paços de Coimbra acompanhada pelas damas e pelos cavaleiros do seu séquito para se dirigir às obras de Santa Clara e espalhar as suas esmolas, surgiu-lhe de súbito, pela frente, a figura desempenada do rei. Ele cumprimentou-a, cortesmente:

— Bom dia, Senhora! Ia partir para uma caçada, mas lembrei-me de vos saudar.

— Agradeço-vos a boa ideia, Senhor.

A rainha disse estas palavras sorrindo, mas instintivamente recuou um pouco, como a disfarçar o que levava no regaço. Porém, esse gesto embora mal esboçado não escapou à



perspicácia de D. Dinis. Tentando esconder a suspeita que o assaltara, ele perguntou de novo, com a cortesia própria dum rei:

— Podeis dizer-me, Senhora, onde ides tão cedo?

Dona Isabel empalideceu. O coração bateu-lhe mais apressado e, após certa hesitação, respondeu com voz branda:

— Vou... armar os altares do mosteiro de Santa Clara.

Então el-rei olhou-a de sobrecenho carregado. A sua voz tornou-se menos agradável. O sorriso cortês desapareceu-lhe dos lábios, enquanto perguntava:

— E que levais no vosso regaço, Senhora? À-la-fé que pareceis receosa.

Nem quero acreditar que pretendeis ir distribuir novas esmolas pelos vossos protegidos... Isso seria contra todas as minhas ordens e contra todos os meus conselhos. Dizei-me, pois, o que levais no regaço.

A rainha tornou-se ainda mais pálida e por momentos permaneceu silenciosa. Elevava a Deus o pensamento, pedindo-lhe aflitivamente o Seu divino auxílio. Alarmada, toda a comitiva olhava o rei, receosa da sua cólera. D. Dinis fixou de frente a rainha, que dava a ideia de estar presente apenas em corpo. Sentiu fugir-lhe toda a calma de que se tinha revestido e gritou-lhe:

— Então, Senhora, terei de dar ouvidos aos rumores que circulam à minha volta? Sempre é verdade que levais no vosso regaço dinheiro para oferecer aos maltrapilhos que protegeis?

Dona Isabel olhou o rei como quem torna dum sonho. O rubor voltava-lhe às faces, o sorriso brincava-lhe de novo nos lábios. E na sua voz melodiosa e pausada, respondeu:

— Enganai-vos, Real Senhor.. O que levo no meu regaço... são rosas para enfeitar os altares do mosteiro!

D. Dinis sorriu com ironia.

— Rosas? Como vos atreveis a mentir, Senhora? Rosas em Janeiro?... Pois ficai sabendo: se aqui estou neste momento... se aqui vim, é porque alguém me garantiu que leváveis dinheiro... Compreendeis agora?

O rosto da rainha não se contraiu sequer, humildemente. E, ante o pasmo e a aflição de quantos a rodeavam, insistiu com firmeza:

— Enganai-vos, Senhor! E enganou-se também quem vos informou. São rosas o que levo no regaço!

D. Dinis cerrou os dentes. Os seus olhos brilhavam de cólera e a sua voz tornou-se ainda mais dura:

— Insistis na vossa mentira, Senhora? Então... mostrai-me essas rosas!

Serenamente, ante o olhar atónito do rei e de todos os que ali se encontravam, a rainha Dona Isabel abriu o regaço e deixou ver um ramo de rosas maravilhosas, enquanto murmurava:

— Vede, Senhor... Vede com os vossos olhos!

Houve um ligeiro murmúrio de pasmo entre a comitiva. El-rei D. Dinis, diante de tão grande prodígio, olhava atónito para as flores e para as mãos da rainha, sem conseguir pronunciar uma palavra. Estava certo de que acontecera algo de sobrenatural. Algo de estranho que o impressionava e confundia. E só momentos depois conseguiu sorrir e murmurar:

— Perdoai-me, Senhora, se vos ofendi... Mas nunca pensei ver rosas tão lindas neste tempo!

Ela sorriu-lhe meigamente. Havia felicidade no brilho dos seus olhos, na suave expressão do seu rosto, no bondoso sorriso dos seus lábios. Cumprimentando-a com galhardia, o rei afastou-se, deixando que a rainha seguisse o seu caminho.

Então, de novo, Dona Isabel elevou os olhos ao Céu. O seu ar harmonioso e a paz que resplandecia do seu rosto entraram na própria alma de quantos compunham a sua comitiva. Ninguém se atrevia a falar, a fazer um gesto sequer. Sentiam a solenidade do momento com uma alegria interior de difícil exteriorização.

Foi a própria rainha quem deu o sinal de continuar a marcha a caminho do mosteiro de Santa Clara. Lá a esperavam os desgraçados que viviam das esmolas da sua mão benfeitora, do seu olhar carinhoso, da sua palavra tão cheia de consolação. E lá estavam também os altares, esperando a sua graciosa ajuda.

Daí a pouco já toda a cidade de Coimbra se encontrava ao corrente do estranho prodígio que representava o pão e o dinheiro transformados em rosas. O povo proclamava, de lágrimas nos olhos: «Foi um milagre! Foi um milagre! É santa a nossa rainha! Bendito seja Deus que a deu ao nosso reino!»

E o povo, gente grande com alma de menino, dentro das suas inesperadas reacções, é aquele cuja voz deve ecoar no Céu.

Assim, saltitando de boca em boca, o milagre das rosas chegou até nós e continuará para além dos séculos.

Assim, após a leitura desta lenda, podemos reter um vasto conjunto de informações que não são, geralmente, conhecidas de todos os alunos desta faixa etária.

Convém, pois, relembrar a trama que dá forma à ancestral lenda de que o rei D. Dinis terá sido informado, de modo malicioso e deliberado, das ações beneméritas e caritativas levadas a cabo por sua esposa, D. Isabel de Aragão. O mensageiro em causa baseia a sua acusação no facto de a rainha esbanjar, em esmolas aos pobres, uma parte substancial do tesouro do reino português.

Assim, e movido por essa desconfiança, D. Dinis surpreende a rainha nas suas caminhadas matinais para distribuir dinheiro e pão aos mais carenciados. Surpreendida, a rainha tenta disfarçar no regaço as oferendas que tão prodigamente distribuía; mas perante a insistência do rei, Dona Isabel insiste que o que transporta no seu regaço são rosas para ornamentar os altares do mosteiro de Santa Clara. Incrédulo com a resposta, o rei força-a a desvendar os tesouros que leva no seu regaço, insinuando que em janeiro não há rosas que floresçam. Assim, Dona Isabel, perante os olhos atónitos de todos, solta do seu regaço belíssimas pétalas de rosas deixando, pois, o rei, austero e iracundo, rendido a uma evidência que decorreu frente a seus olhos. O pão transformara-se em rosas, e isso não só motiva um pedido de desculpas do monarca, como funda a história deste milagre prodigioso que correu a cidade de Coimbra e contribuiu para que a rainha fosse proclamada, mais tarde, a *Rainha Santa Isabel de Portugal*.

Em primeiro lugar, convém assinalar que, à semelhança do trabalho com (todos) os textos, sobretudo os literários, há pistas de leitura e tarefas que se revelam obrigatórias na didática da leitura. Estamos a referir-nos, por exemplo, à contextualização e ao lastro histórico e/ou à filiação cultural que deles se desprende, e que deve constituir um eixo condutor no ato de leitura e de interpretação. Uma outra vantagem advém dos cruzamentos interdisciplinares que este trabalho permite e que transborda as fronteiras da intertextualidade. Neste caso concreto, o cruzamento com a disciplina de História e de Geografia, serão mais-valias a levar em consideração, e que poderão ser exploradas noutros contextos, como é o caso da expressão plástica e/ou da música. Trata-se, objetivamente, de desenhar pontes interdisciplinares que julgamos estruturantes para a leitura do texto literário e, sobretudo, para educar a perceção de que os textos não são entidades insulares, fechadas em si e isentas de ligações e de múltiplos diálogos.

Esta perspectiva didática – que não é exclusiva da abordagem intertextual – pode, todavia, ser potenciada nesta interseção de textos, uma vez que os jovens leitores, interrogativos e curiosos por natureza, devem ser conduzidos a estabelecer relações de proximidade, analogia, a indagar, a inferir e a desenhar redes que facilitem a compreensão global dos textos que leem.

De modo sucinto, poderíamos dizer que é importante colocar a literatura ao serviço dos alunos, da compreensão dos enunciados, da facilitação processual das aprendizagens, da formação do conhecimento e, não tanto, a perspectiva contrária de fazer com que seja o aluno a *servir o texto literário*, submetendo-se perante os seus ditames de interpretação, análise e exegese, ou obrigando-se, de modo absoluto e quase fundamentalista, a uma leitura condicionada por um complexo aparato crítico, narratológico, periodológico, linguístico ou outros de diferente alcance e natureza. Não que eles sejam dispensáveis mas, tão-somente, porque não são os únicos que concorrem para o processo de leitura que os alunos devem levar a cabo na escola. Convém não perder de vista que estamos sempre a referir-nos a um horizonte de leitura escolar e a faixas etárias muito precisas.

Assim, e no caso dos textos em diálogo nesta proposta, cremos que faz todo o sentido (didático e pedagógico) que se ativem outras leituras, uma vez que é difícil encontrar um material que se preste e se ofereça, de modo tão generoso e produtivo, a cruzamentos com a pintura, a música, o cinema, a história, a arquitetura, a banda desenhada, etc.

Estes vasos comunicantes são extraordinariamente robustos e irrigados, permitindo pois um trabalho didático de grande fôlego, ambicioso e sempre passível de ser renovado. Consequentemente, a flexibilidade que lhes é inerente, constitui ainda um fator de motivação e de interesse junto dos alunos.

Na presente proposta, seria deveras interessante, aquando da leitura intertextual, confrontar os alunos com outras possíveis variantes textuais acessíveis à sua idade e, posteriormente, facultar o contacto com versões diferentes da história. Não só esse trabalho é de fácil execução, como pode ser realizado tendo por base diferentes materiais, entre os quais não se contam apenas os textos mas, ainda, materiais videográficos disponíveis em plataformas *web*. Aí se encontram vários excertos que podem ser percorridos nesta estratégia de diálogo interartes no decurso de uma aula de Português. Os leitores, apesar da idade, estão já grandemente familiarizados com estes novos recursos e, portanto, o seu aproveitamento didático deve ser cada vez mais um objetivo a atingir.

A adoção destes dispositivos potencia a atratividade destes leitores, não só pelo *meio* em si, mas também pelo *objeto* que, neste caso é uma versão do texto de literatura que lhes é proposto. Consideramos que este cruzamento intertextual é *imersivo*, uma vez que facilita, de modo natural e aprazível, o cruzamento empenhado da cumplicidade do aluno no ato de leitura.

Como já mencionamos, do ponto de vista da interseção interdisciplinar, a temática desta lenda permite ainda o envolvimento da pintura, da ilustração, da música, da etnografia e, claro, da História de Portugal e da própria toponímia da cidade de Coimbra. Por outras palavras, as pistas de aproveitamento interdisciplinar, interdiscursivo e intertextual são múltiplas e, todas elas, passíveis de contribuir para a compreensão do texto literário e, sobretudo, para a sua afirmação enquanto documento do nosso património literário e cultural. Por extensão, será quase desnecessário referir que, no que toca especificamente às lendas portuguesas, este trabalho pode ser realizado com outros textos e sob várias perspetivas didáticas em distintos anos de escolaridade, em grau e extensão diferenciados.

No caso em apreço, relativo à leitura do primeiro texto, e para além dos aspetos passíveis de serem trabalhados e a que já aludimos, é possível explorar com os alunos várias pistas interessantes de compreensão do texto e que devem, obrigatoriamente, não se circunscrever à identificação e caracterização das personagens, e/ao seu relevo. Trata-se, como se depreende, de não aplicar (apenas) ao texto uma grelha didática das categorias da narrativa.

As Metas Curriculares de Português (2012) apontam duas pistas, entre as quais destacamos: “Escolher entre diferentes interpretações, propostas pelo professor, de entre as intenções ou os sentimentos da personagem principal” (p. 16) e “Recontar uma história a partir do ponto de vista de uma personagem” (p.32)”. Qualquer uma delas permite, por exemplo, desenvolver aspetos relacionados com o domínio da oralidade como, ainda, da escrita. Mas, a vantagem mais evidente decorre da possibilidade de diálogo *sobre* o texto, *com* o texto e *através* do texto, libertando os alunos das tarefas rotineiras de questões de interpretação e de identificação de categorias da narrativa. Estes são aspetos a serem contemplados mas, estamos em crer, não é fundamental que todas as leituras obedeçam a estes roteiros padronizados.

O texto em causa, por exemplo, oferece-se a leituras expressivas e mesmo dramatizadas, a uma fortíssima interseção com o espetáculo teatral e, caso a ambição do

docente colha meios e tempo, até ao registo vídeo e à publicação em linha. Esta leitura presta-se, ainda, a um excelente trabalho de enriquecimento lexical, à possibilidade de jogos de sinonímia, ao treino da leitura expressiva, à exploração das notações cromáticas e, obrigatoriamente, aos cruzamentos interdisciplinares a que já aludimos.

São tantas e tão variadas as linhas de trabalho que este (breve) elenco nunca contemplaria todas aquelas a que os professores podem recorrer em textos desta natureza. Por outro lado, o aproveitamento didático das lendas permite ainda abrir as portas à leitura de outras mais ou menos conhecidas dos alunos, ao trabalho de pesquisa de outros textos portugueses, regionais, nacionais ou mesmo de outros países e culturas.

A tipologia deste texto possibilita, também, a exploração precoce do conceito de *lenda* e a deteção da componente fantástica e misteriosa desta narrativa, aspetos tão do agrado dos alunos desta faixa etária. O diálogo entre a realidade e a fantasia, entre factos reais e históricos e a imaginação popular e aventureira, ou a capacidade destes textos explicarem acontecimentos extraordinários, sobrenaturais, insólitos, milagres, ocorrências para as quais a ciência não encontrou uma resposta plausível, podem constituir ainda hipóteses de trabalho a serem realizadas pelos leitores, em tarefas aliciantes e mais profícuas do que a *anatomização* do texto literário. São estas lendas, etimologicamente, os “textos que devem ser lidos”, aqueles que repassam através dos tempos as grandes histórias, as mais extraordinárias ou inexplicáveis e que, por essas mesmas razões, perduram na memória dos povos que as revivificam. São estas *estórias* que fazem a História e são elas que constroem as personagens e que perpetuam as suas façanhas.

Ora, no segundo texto, de Vasco Pereira da Costa inserido no volume *Memoria Breve*, e do qual aqui reproduzimos um excerto, com a expressa autorização do autor, a perspetiva da lenda altera-se significativamente.

## **Texto B**

No alfâmbar do amor, a boquinha da noite, o Rei pegava no alaúde e dedilhava a melancolia melodiosa de cantar dolente. Recostava a cabeça no regaço acolhedor de Isabel, que lhe percorria os cabelos e as barbas com dedos travessos de meiguice.

Dinis erguia a voz e, uma a uma, ia depondo as palavras suaves no colo da sua Rainha.

Outras vezes, ao chegar afogueado das corridas da cetraria, abraçava-a fogueado, beijando-a com a ternura arrebatada da paixão.

E lentamente depunha as palavras de sedução verdadeira nos lábios macios da Rainha:

*Tal sazon foi en que eu ja perdi  
quanta ben ouu'e nem cuidei aver  
que par podess'a outro bem ser;  
mais ora ia mi guisou Deus assi:  
que, u perdi tan gran ben de senhor,  
cobrei d'atender outro mui melhor  
en todo o ben de quantos outros vi.*

E, enredado nas teias da afeição, adormecia-lhe no regaço como menino buliçoso depois de folguedos veementes.

Costumava, também, sentar-se longamente olhando com enlevo os olhos da Rainha, que não se furtava ao encontro dessa troca de olhos, jogo de cativar, de absorver os raios das retinas, imóveis, siderados. Assim ficavam com um sorriso de contemplação e de enlevo, sem razão do dia que passava, numa ternura muda e aprazível. Soltavam-se então da boca do Rei as palavras brandas, que Isabel ia colhendo na concha das mãos, com cuidados de namorada. Depois, erguia-se, enlaçava Dinis, e ambos despertavam mais trovas nos gestos com que se tocavam.

Assim, Isabel foi arrecadando todas as palavras do Rei no regaço. E, quando ele saía à caça ou se demorava nos negócios do Reino, a Rainha ia até junto do Mondego, passeando o seu enamoramento pelas margens. E lembrando seu Senhor, com a alegria de se saber a mulher amada, retirava uma palavra do manto e lançava-a na corrente, quedando-se a vê-la perder-se na cantiga das águas. Acontecia que, certas vezes, ao pegar na palavra, beijava-a com ardor, antes de a lançar na melodia líquida do rio: via então que a palavra se transformava em pétala de rosa e que mais mavioso era o canto das águas.

Ora, um dia, Dinis, chegando-se à janela da torre, viu a Rainha andar gozando o sol cálido de um janeiro jovial, nas margens do Mondego. Sorriu como quem sente que uma trova vai ser feita. Em vão procurou as palavras: nem uma encontrou para o seu cantar de amor - Isabel tinha-as a todas.

Desceu como louco a couraça até junto da mulher. O manto da Rainha, volumoso, envolvia todas as palavras que todo o homem já dissera em todos os cantares. O Rei pediu--lhe algumas. Queria fazer-lhe uma trova.

Isabel corou. Tinha beijado todas as palavras do Rei. Todas as palavras eram rosas.

- Rosas...? Em Janeiro...?

exclamou Dinis, que não sabia ainda os mistérios mais escondidos da poesia.

- Vossas palavras são rosas, Senhor!

e, soltando o manto, rosas de verdade perfumada se lançaram no sol e no amor de um homem.

Dinis apanhou do chão uma mancheia das mais viçosas e começou a construir uma grinalda, que depôs na cabeça amável da Rainha, com um beijo.

De mãos dadas, ou enlaçando-se pela cintura, de olhos nos olhos, foram indo pela margem, para onde a brisa encaminhava as flores. Dinis ia apanhando uma rosa aqui, outra rosa ali. Até que segredou ao ouvido de Isabel:

*Porque me pas en tal cobra que ei  
par senhor a melhor de quantas sei  
en quen pas tanto ben que non á par.*

(...)

≡

Este rei, tangendo o alaúde, e dedilhando melodiosamente uma toada triste, mostra uma indizível cumplicidade e ternura pela sua mulher e rainha, enlaçando-se no seu “acolhedor” regaço e deixando-se submeter às carícias de Isabel que, retribuindo o seu abandono e entrega, lhe confiava o rosto e a cabeça, numa meiguice travessa de crianças. Entre o primeiro texto e este, perde-se a sisudez, a distância e a frieza deste rei, agora puerilizado, mais humanizado, sensível e afetivamente próximo da sua esposa.

O mesmo sucede com as suas palavras que, longe da aspereza da narrativa anterior, são agora formas naturais de expressão do amor e que tão bem sabe depor, de modo suave, no colo da sua Rainha. A contrastar ainda mais com a tradicional lenda, onde se prefigurava um rei majestoso, austero e vigilante, este Dinis demonstra uma irreprimível saudade e ânsia em



reencontrar a rainha após as caçadas nos campos do Mondego, que se sublimava depois nos abraços fogosos e nos beijos apaixonados e ternurentos que lhe dispensava ao chegar.

Ora, estes *dois reis* quase em nada se assemelham: o primeiro, distante e frio; o segundo, afável e apaixonado, destro no alaúde e nas trovas que alegravam o coração e a alma da rainha.

Este rei-moço, impetuoso e arrebatado, chegava a adormecer no colo da sua esposa, como um menino cansado das tropelias quotidianas e não se furtava ao encontro flamejante do olhar da Isabel, contemplando-se mutuamente num jogo de sedução em que as suas almas comungam os sorrisos mais cúmplices.

Os diálogos entre estes amantes contemplativos eram feitos de palavras, de música, de gestos, toques e olhares, numa perfeita simbiose de corações e neles, todas as palavras são cúmplices. É desta fonte que Isabel bebe as palavras do seu Rei, arrecadando-as no seu seio, perpetuando a voz e o cantar do seu amado e, ainda, cristalizando esses momentos de cumplicidade que serviam para alimentar o seu coração nos momentos de ausência. Entre ambos, - como se depreende das palavras do autor -, existe uma comunhão tão intensa que até as palavras são bebidas e degustadas nos momentos principais das suas vidas. Isabel guarda-as em si, como forma de corporizar a presença do seu amado, quando ele se demorava nos afazeres do reino.

Era nesses momentos que a rainha, evitando soçobrar às saudades, se afastava em passeio pelas margens do Mondego, numa itinerância de saudade e de enamoramento, e milagrosamente retirava do seu regaço as palavras guardadas anteriormente, numa prestidigitação mirífica que lhe trazia, ali e agora, o som da voz do seu rei ausente. A audição das palavras evocava-lhe, nesses momentos, o corpo e o amor do seu marido e seu Senhor. Lançava-as depois à corrente, onde elas se misturavam com a toada das águas rumorejantes.

Para mais, cada palavra que deitava às águas era um beijo de saudade que pedia ao Mondego, sabendo-se esposa querida e amada. O seu manto de rainha, locupletado de saudades, de palavras e de beijos, era assim um fértil regaço de desejos. Graças à poderosa alquimia do amor, cada palavra que Isabel lançava à corrente do rio, transformava-se de imediato numa pétala de rosa, engrossando assim o canto das águas e manchando de vermelho-paixão o Mondego, principal confidente deste idílio.

Repare-se que, apesar das evidentes dissemelhanças entre os textos, o *milagre das rosas* mantém a sua essência e corporiza-se no colorido regaço de Isabel que, transmutando

palavras em pétalas, as asperge pelo rio, semeando nas águas o seu amor e espalhando a sua ventura de mulher amada.

Como se pode verificar da leitura comparativa dos dois textos, D. Dinis abeirou-se um dia da janela da torre e viu a sua rainha andar, por uma manhã de sol de janeiro, passeando nas margens do rio. Querendo ofertar-lhe uma doce trova, deparou-se com uma afasia súbita, uma ausência de palavras capazes de lhe exprimir o seu amor.

Desesperado pela mudez súbita e pela incapacidade de verbalizar os seus afetos, desce a couraça até junto da sua amada, pedindo-lhe palavras para uma trova de amor. Mas a prodigiosa rainha havia beijado cada uma delas e, portanto, cada palavra era agora uma pétala de rosa, uma saudade vogando sobre o rumor das águas do Mondego. D. Dinis, incapaz de perceber momentaneamente aquele mistério da transmutação das palavras em pétalas, interroga-a sobre a improbabilidade de as rosas desabrocharem no mês frio de janeiro.

Num (in)esperado e tocante gesto de mulher apaixonada, Isabel abre o seu regaço e, provando ao seu rei que, afinal, nem as palavras se esgotam, nem as rosas têm mês para florir, deixa cair pétalas de amor, coloridas e vibrantes, reluzentes e odoríficas à luz do sol matinal, provando a D. Dinis que a inesgotável fonte das palavras é, também, a infindável música das trovas e o copioso amor que os une.

Este excerto do conto, de uma invulgar beleza poética e de um singular estilo literário, termina com a submissão do rei perante o *milagre das palavras*, apanhando do chão as pétalas mais viçosas para construir uma grinalda e coroar, assim, a sua rainha. Esta coroação do amor é, ainda, selada com um beijo, num gesto de união e de cumplicidade e, simbolicamente, entre o mistério das palavras, da música e da poesia.

A narrativa encerra, precisamente, com os amantes de mãos e de corpos enlaçados, colhendo as rosas e o amor pelas margens do Mondego, segredando novas e renovadas palavras de amor, desfolhando rosas e promessas de paixão.

Como se pode observar, e apesar dos inúmeros pontos de cruzamento intertextual, ambos os enunciados se afastam no filão narrativo principal: enquanto no primeiro texto o rei, austero e castigador tenta, por denúncia alheia, apanhar a sua rainha em flagrante ato de opróbio, no segundo texto, a lenda do milagre das rosas sofre uma mutação poética, de contornos mais estéticos, menos legendários e, portanto, mais afastados da história original.

Neste último caso, o milagre está nas palavras, na capacidade que elas têm de cristalizar a história, o tempo, o amor, a saudade e, em geral, a vida.

Na realidade, entre o primeiro e o segundo texto, apenas se transforma e se perdem as esmolos. Tudo o resto se mantém: as palavras, as pétalas e a devoção. Por esta razão, o cruzamento destes enunciados parece-nos francamente produtivo e, ainda, capaz de gerar diferentes opções e pistas de leitura.

### 3. Conclusões

Assim, e após o exame comparativo destes dois textos, importaria sintetizar quatro aspetos que consideramos relevantes na presente proposta.

O primeiro deles é a facilidade decorrente do aproveitamento de uma lenda, conteúdo incluído no Programa de Português e nas Metas Curriculares de Português e a possibilidade de colocar em diálogo dois enunciados de épocas distintas e de propósitos literários diversos. Além desta razão, consideramos ainda uma segunda, muito relevante: é o facto de se ensaiar uma proposta que, muito dificilmente, pode aparecer num manual escolar jogando, assim, com o efeito surpresa, tão importante no círculo da didática do Português.

Uma terceira razão prende-se com a possibilidade de diálogo interdisciplinar com outras áreas do currículo, como é o caso da História de Portugal, das Expressões, e do (re)aproveitamento dessa temática em campos e áreas do comum agrado dos alunos, como é o caso das TIC e do Multimédia.

Um quarto motivo filia-se nas inúmeras possibilidades que este cruzamento permite no plano da *produção de texto*. Como sabemos, a partir do 2º ciclo do ensino básico, e por motivos amplamente documentados, a frequência e a regularidade das atividades de produção escrita dos alunos sofre um acentuado decréscimo. Ora, a didática da leitura deve ter como forte aliada as atividades de escrita. Estamos em crer que estes dialogismos textuais permitem e, até certo ponto, potenciam exercícios de escrita criativa que, no presente caso, podem suscitar a reescrita do *milagre das rosas* sob outros olhares de transformação, de magia e de transubstanciação.

Finalmente, e sem esgotarmos as razões justificativas para estes diálogos textuais, importa sempre acentuar que esta opção didática é fundante, porquanto se distancia das

habituais leituras monofásicas e literais. Eles quebram as rotinas do discurso didático sobre os textos na aula de Português e renovam os hábitos dos alunos, reformulam as metodologias de abordagem dos textos e introduzem significativas melhorias nas condições de acesso à leitura.

## Referências bibliográficas

Bakhtin, M. (Volochinov) (1999). *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Hucitec.

Barthes, Roland (1999). *S/Z*. Lisboa: Edições 70.

Bloom, H. (2011). *Anatomía de la Influencia. La Literatura como Modo de Vida*. Madrid: Taurus.

Barrosa, D. P. & Fiorin, J. L. (orgs.). (1999). *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo.

Clayton, J. e Rothstein, E. (eds.), (1991). *Influence and Intertextuality in Literary History*. Madison: University of Wisconsin Press.

Compagnon, A. (1996). *O trabalho da citação*. Trad. de Cleonice Mourão. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

Costa, Vasco Pereira da. (1987). *Memória Breve*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.

Custódio, Pedro Balas (2014). De como os livros são pontes intertextuais. Propostas de leitura para o 2º CEB. In *EXEDRA n° 9*, dezembro 2014. Coimbra: Escola Superior de Educação.

Eco, H. (1993). *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes.

Ferreira, M. Z. (1997). *Intertextualidades: Teoria e Prática*. Belo Horizonte: Editora Lê.

Foucault, M. (2000). *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Genette, G. (1982). *Palimpsestes: La Littérature au second degré*. Paris: Seuil.

Jenny, L. A estratégia da forma (1979). In: *Poétique: revista de teoria e análise literárias*. Coimbra: Livraria Almedina.

Kristeva, J. (1978). “A palavra, o Diálogo e o Romance”. In: *Semiótica do romance*. Lisboa: Arcádia.

Kristeva, J. (1969). *Recherches pour une sémanalyse*. Paris: Éditions du Seuil.

Lomas, C. (2003). *O Valor das Palavras*. Porto: Asa, 2 vols.

Ministério da Educação (2009). *Programa de Português para o Ensino Básico*. Lisboa: ME.

Ministério da Educação (2012). *Metas Curriculares de Português par o Ensino Básico*. Lisboa: ME.

Reis, C. (2008). *O Conhecimento da Literatura. Introdução aos Estudos Literários*. Coimbra: Almedina.

Reis, C. e Ana C. M. L. (1995). *Dicionário de Narratologia*. 7.<sup>a</sup> ed., Coimbra: Almedina.

Samoyault, T. (2005). *L'intertextualité: Mémoire de la Littérature*. Paris: Armand Colin.

Silva, Vitor Manuel de Aguiar (1982). *Teoria da Literatura*. Coimbra: Almedina.